

BOLETIM INFORMATIVO

Centro de Apoio Operacional da Saúde



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAO SAÚDE
Edição 11-12/2023

SUMÁRIO

- .03** Dia Mundial de
Luta contra a Aids
- .04** Destaques
- .05** Notícias
- .09** Principais
sintomas HIV

EQUIPE

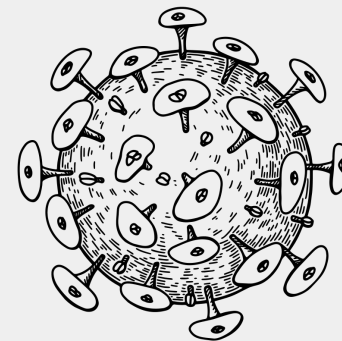
Milton Mattos da Silveira Neto
Promotor de Justiça coordenador

Thiago Scarpellini Vieira
Promotor de Justiça coordenador
adjunto

Amanda Nery
Auxiliar ministerial

01.12

Dia Mundial de Luta Contra a Aids



Em 1987, durante a 3ª Conferência Internacional de Aids, realizada em Washington (EUA), 200 mil pessoas, ativistas e pessoas vivendo com o vírus, participaram do lado de fora do evento. Queriam ser ouvidas pela comunidade científica e pelo mundo, pois naquele momento, em que não havia tratamento, o silêncio era uma forma de morte.

No ano seguinte foi proposta a criação do Dia Mundial de Luta Contra Aids e, em 27 de outubro, a Assembleia Geral da ONU e a Organização Mundial de Saúde instituíram o 1º de dezembro como data comemorativa, cinco anos após a descoberta do vírus causador da doença (HIV – vírus da imunodeficiência humana). Naquela época, 65,7 mil pessoas já tinham sido diagnosticadas com o vírus e 38 mil já tinham falecido.

A iniciativa se consolidou e até hoje o 1º de Dezembro é marcado como o dia de uma campanha global que combate o preconceito, a desinformação e o estigma que ainda perduram em torno da doença.

Esta data constitui uma oportunidade para apoiar as pessoas envolvidas na luta contra o HIV e melhorar a compreensão do vírus como um problema de saúde pública global.

A Aids é uma doença infecciosa, transmitida pelo vírus HIV. Segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde, do Ministério da Saúde e do UNAIDS, a cada 15 minutos uma pessoa se infecta com o vírus no Brasil e sete pessoas morrem por dia em São Paulo.

Na primeira fase, chamada de infecção

aguda, ocorre a incubação do HIV – tempo que decorre entre a exposição ao vírus até o surgimento dos sinais da doença. Os primeiros sintomas são muito parecidos com os de uma gripe, como febre e mal-estar. Por isso, a maioria dos casos passa despercebida.

Os sintomas que comumente aparecem nessa fase são: febre, diarreia, suores noturnos e emagrecimento.

A baixa imunidade permite o aparecimento de doenças oportunistas, que recebem esse nome por se aproveitarem da fraqueza do organismo. Com isso, atinge-se o estágio mais avançado da doença, a Aids.

No Brasil, desde 1996, o SUS distribui gratuitamente os medicamentos para HIV/Aids a todas as pessoas que necessitam de tratamento.

■ DESTAQUES

Lei Federal nº 14.721/23: Altera os arts. 8º e 10 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 199 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para ampliar a assistência à gestante e à mãe no período da gravidez, do pré-natal e do puerpério.

Lei Federal nº 14.722/23: Institui a Política Nacional de Conscientização e Incentivo à Doação e ao Transplante de Órgãos e Tecidos.

Lei Estadual nº 12.301/23: Dispõe sobre diretrizes para atendimento dos portadores de Atrofia Muscular Espinhal - AME, no âmbito do Estado de Mato Grosso.



Lei Federal n.º 14.737/2023: Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para ampliar o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados.



A lei que antes restringia a possibilidade de acompanhante apenas durante o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato agora amplia o direito para **qualquer procedimento de saúde** (como consultas e exames).

A exceção está nos atendimentos realizados em centros cirúrgicos e UTI's, em razão das restrições de segurança sanitária.

Acordo viabiliza realização de cirurgias e procedimentos eletivos

Para possibilitar a execução de cirurgias e demais procedimentos eletivos em Cuiabá, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Tribunal de Contas, Governo do Estado e o Gabinete de Intervenção Estadual na Saúde de Cuiabá celebraram Termo de Acordo estabelecendo condições para aquisição excepcional de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) de alto custo (extra SUS), até que a licitação seja concluída. O prazo final para a finalização de todas as etapas do processo licitatório para aquisição das OPME's para cirurgias eletivas encerra em 31 de dezembro deste ano.

Conforme o acordo, que teve anuência do Poder Judiciário, o Gabinete de Intervenção deverá incorporar em seu processo licitatório, que terá início no prazo máximo de 10 dias, todas as orientações estabelecidas no Manual de Boas Práticas de Gestão das Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) do Ministério da Saúde, podendo valer-se de valores acima da tabela SUS, na forma da Resolução de Consulta 60/2010 do TCE.

Foi acordado ainda que até a conclusão do processo licitatório, as OPME's de alto custo serão adquiridas pela via judicial junto à Vara da Saúde. O Gabinete de Intervenção Estadual na Saúde de Cuiabá será responsável pela execução das cirurgias e regulação das filas.



O Acordo Judicial foi assinado pelo procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Júnior; pelo governador do Estado em exercício, Otaviano Pivetta; pelo promotor de Justiça Milton Mattos da Silveira Neto; pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Sérgio Ricardo de Almeida; procurador-geral do Estado, Francisco de Assis da Silva Lopes; pela interventora Danielle Pedroso Dias Carmona Bertucuni; e pelo juiz da 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Cuiabá, José Luiz Leite Lindote.

Para saber mais, clique [aqui](#)

MT adere a programa nacional para aprimoramento de gestão de gastos na saúde pública

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) aderiu ao Programa Nacional de Gestão de Custos em Saúde (PNGC) do Ministério da Saúde para aprimorar a administração de recursos e o controle dos gastos na saúde pública.

Conforme o secretário adjunto de Atenção e Vigilância em Saúde, Juliano Melo, a nova ferramenta permitirá que o gestor conheça com mais agilidade e eficiência o custo total do mês de cada unidade de saúde e seus setores, como Unidade de Terapia Intensiva (UTI), centro cirúrgico, laboratório, entre outros serviços.

As instituições de saúde no Brasil, principalmente as públicas, utilizam métodos contábeis tradicionais, que não levam ao conhecimento de seus custos reais, ou seja, não fazem uso de sistema de custos que oriente e ofereça parâmetros para decisões administrativas e para o controle de suas atividades.

Capacitação

Uma equipe do Ministério da Saúde esteve em Cuiabá, neste mês, para capacitar os gestores estadual, municipal e da rede privada que atende via Sistema Único de Saúde (SUS) sobre a importância da gestão de custos em saúde.



O objetivo do encontro foi despertar nos participantes a importância da apuração de custos para contribuir com a boa gestão no Sistema Único de Saúde (SUS) e apresentar o Sistema APURASUS.

Após adesão do programa, as próximas etapas consistem em coleta de dados junto às unidades de saúde participantes, onde ocorre o levantamento de informações de todos os custos da unidade e é realizado todos os controles necessários à gestão de custos. Depois desse levantamento e validação das informações pelo Governo Federal, as unidades de saúde poderão acessar o Sistema APURASUS e alimentar suas informações de custos, gerando relatórios de custos específicos.

Para saber mais, clique [aqui](#)

COMITÊ MUNICIPAL É CRIADO PARA ESTIMULAR VACINAÇÃO EM VILA RICA

Com o objetivo de estimular a vacinação de crianças, adolescentes e idosos, de modo a melhorar os índices atuais de cobertura, o Município de Vila Rica (a 1.259km de Cuiabá) criou o Comitê de Atividades de Vacinação de Alta Qualidade (AVAQ).

O Ministério Público de Mato Grosso integra o comitê ao lado da Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), líderes comunitários e religiosos.

Em reunião realizada nesta segunda-feira (13), os integrantes do comitê definiram diversas ações, entre elas a busca ativa e criação de “Dias D” para vacinação da população em geral.

“No caso específico do público infantojuvenil, a Secretaria Municipal de Saúde pediu apoio do Ministério Público para, sendo necessário e como última medida, agendar reuniões entre os promotores de Justiça e os pais faltosos às campanhas, com o intuito de sensibilizá-los a respeito da importância da vacinação e esclarecer sobre o dever de zelarem pelo bem-estar e saúde dos filhos”, contou a promotora de Justiça Clarisse Moraes de Ávila.



Saiba mais – Em junho deste ano, a Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico expediu recomendação aos promotores de Justiça de Mato Grosso que atuam na área, para que adotem as medidas necessárias com o propósito de intensificar a vacinação em regiões com baixos índices de imunização. Conforme o documento, os integrantes do Ministério Público de Mato Grosso devem atuar judicial ou extrajudicialmente, visando a significativa melhoria dos índices.

Junto à essa recomendação, foi encaminhado o ranking dos 42 municípios do estado com as menores taxas de cobertura, por tipo de vacina, para facilitar a atuação dos promotores de Justiça. Atualmente, o município de Vila Rica figura na lista, em 26º lugar, dos municípios com a menor taxa de cobertura vacinal contra influenza em idosos.

Para saber mais, clique [aqui](#)

MPMT promove articulação para garantir salas de vacinação em hospitais



Para ampliar o índice de cobertura vacinal em Cuiabá, hospitais públicos, privados e filantrópicos vão instalar salas de vacinação, que serão mantidas pelos hospitais com a oferta de insumos e treinamentos pelo Município. A decisão foi tomada na quinta-feira (07), durante audiência extrajudicial de autocomposição realizada pela 7ª Promotoria de Justiça Cível Tutela Coletiva da Saúde da Capital.

Segundo o promotor de Justiça Milton Mattos da Silveira Neto, durante a audiência ficou acertado que o Município vai publicar edital para credenciamento das unidades hospitalares. “A intenção é que os recém nascidos já saiam do hospital com a carteira de vacinação em dia”, destacou.

Em junho deste ano, a Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico expediu recomendação aos promotores de Justiça de Mato Grosso que atuam na área para que adotem as medidas necessárias de modo a intensificar a vacinação em regiões com baixos índices de imunização.

De acordo com o último ranking divulgado em novembro pelo Projeto Vacinômetro, desenvolvido pelo MPMT, Cuiabá está entre os 42 municípios do Estado de Mato Grosso com a menor taxa de cobertura das vacinas BCG, rotavírus, meningococo C, pentavalente, pneumocócica, poliomielite e febre amarela em crianças menores de 1 ano. Também possui baixa cobertura entre crianças menores de 2 anos das vacinas contra hepatite A, tríplice viral e varicela.

Para saber mais, clique [aqui](#)

SINTOMAS DA INFECÇÃO AGUDA PELO HIV

